

ELEIÇÕES DO PT

Filiados elegem presidentes municipais, estaduais e nacional em todo o Brasil. Resultado foi travado após a deputada federal Dandara Tonantzin, candidata em Minas, acionar a Justiça para ser incluída na disputa da legenda

Divididos, petistas vão às urnas

» DENISE ROTHENBURG
» BRUNA PAUXIS
» ISRAEL MEDEIROS

Depois de um jejum eleitoral que vem desde junho de 2017, quando ocorreu o último Processo de Eleição Direta dentro do partido, os petistas foram às urnas, ontem, escolher seu futuro presidente, divididos sobre o melhor caminho para garantir a reeleição de Lula, em 2026. O resultado ainda não foi anunciado devido à judicialização do pleito do diretório de Minas Gerais.

Os setores mais à esquerda da legenda afirmam que o retorno às bases e aos movimentos sociais, temperado com o discurso de justiça social e tributária, serão suficientes para garantir uma vitória no ano que vem. Uma outra parcela é convencida de que, sem uma ampla aliança que engloba os partidos de Centro, as chances de sucesso são remotas. E é com esse pano de fundo que o futuro presidente do partido terá que lidar até o ano que vem.

Ciente das dificuldades que terá pela frente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva jogou todo o seu prestígio político interno para garantir o favoritismo de Edinho

Silva, ex-prefeito de Araraquara, que, conforme asseguram muitos petistas, só não teve seu nome anunciado ontem ainda como futuro presidente do Partido dos Trabalhadores por causa do adiamento da eleição em MG, por decisão judicial. Se o candidato puder prescindir dos votos de Minas para a vitória, haverá um anúncio nesta segunda-feira para que o eleito tenha condições de começar a organizar os próximos passos.

O primeiro deles irá unir o próprio PT. A disputa interna continua ferrenha e o caso de Minas Gerais é visto internamente como um exemplo disso. O adiamento da eleição por lá foi fruto da impossibilidade de o partido refazer as cédulas, a fim de cumprir a decisão judicial que, por liminar, garantiu a candidatura da deputada Dandara Tonantzin a presidente regional. A candidatura tinha sido impugnada pela sigla, por estar “inadimplente com contribuições partidárias”.

Na Justiça, um deputado justificou que o problema foi da instituição bancária. Não houve tempo hábil para colocar o nome dela na cédula, a legenda decidiu adiar a eleição mineira. Dandara, do grupo Resistência Socialista, tem o apoio inclusive, de petistas ilustres, como

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ex-prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva é o favorito para vencer disputa pelo PT Nacional

o deputado Reginaldo Lopes, que gravou um vídeo falando que a apoiaria. O grupo que apoia a parlamentar acusou a tesoureira nacional do PT, Gleide, de agir para que a deputada não se candidatasse. A nova data será definida nesta terça-feira.

Se dentro do PT há problemas, fora do partido é pior. No MDB, por exemplo, uma ala formada pelos senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho, Veneziano Vital, tenta puxar o partido para o projeto Lula 4. Mas, os emedebistas gaúchos preferem apostar numa alternativa ao centro. Em São Paulo, o MDB está cada vez mais próximo do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O PSD, de Gilberto Kassab, também é hoje próximo de Tarcísio. O governador, aliás, é

do partido de Hugo Motta (Repúblicanos-PB).

PT no DF

Se no PT nacional o futuro presidente terá que reaglutinar as forças de esquerda e de centro, no diretório do Distrito Federal, metade do caminho está feito. Até o fechamento desta edição, o resultado oficial ainda não havia sido anunciado, mas a aposta de muitos petistas era a eleição Guilherme Sigmaringa Seixas, filho do ex-deputado Sigmaringa Seixas, ainda no primeiro turno.

Ele teve sua candidatura fruto de uma engenharia política que uniu as várias alas partidárias a fim de buscar uma renovação geracional. Ontem foi um dia movimentado na sede do PT-DF, no

Conic. Com as eleições, que decidirão uma nova liderança do partido na capital e no país, o prédio foi movimentado durante o domingo inteiro com figuras que compõem o grupo há décadas.

Apenas no Plano Piloto, foram mais de 3,8 mil filiados aptos à votação, entre outros que vieram de outros estados para a eleição, como o ex-distrital Chico Floresta, que hoje mora em Salvador. “É importante estar presente neste momento decisivo para o partido. Acredito que estaremos unidos para o ano que vem”, afirmou o ex-parlamentar.

A votação não é obrigatória, mesmo assim alguns filiados fazem questão de nunca perder uma sequer, como o funcionário público Francisco Machado, de

70 anos. “Eu sempre gosto de dizer, democracia não é só votar, é direito ao trabalho, direito a isso, direito ao salário. Não pode haver democracia em um país como o nosso, com tanta gente passando fome, então tem que superar isso”, disse Francisco. “Eu acho que o PT tem batalhado, inclusive, para eliminar a miséria do país, para abrir, inclusive, mais espaço de trabalho. Eu acho que eles são passos concretos da democracia também”, completou.

Muitos concorrentes mais jovens também marcaram presença nas zonas eleitorais, como o empreendedor Cleber de Sousa Ramos, 45, que também celebrou a participação. “Não é a primeira vez que venho, mas desta vez tudo está mais organizado. Temos a oportunidade de dialogar com os candidatos, ouvir as propostas e participar ativamente. Isso é maravilhoso”, enfatizou.

Para o presidente do partido no Plano Piloto, José Wilson, essa eleição é ainda mais importante, acontecendo no ano que vem, que decidirá a presidência do país. “Podemos eleger uma direção que pode dar um novo rumo no partido, que pode trazer novas ideias, sem falar para o processo democrático”, pontuou.

“O PT já tem experiência, participa de todas as eleições dele. De 89, ganhou cinco eleições, esteve no segundo turno das demais eleições, é, certo com Fernando Henrique que ganhou no primeiro turno, nós fomos para o segundo turno em todas as eleições. Então o PT tem uma organização nacional, tem uma representação e uma legitimidade nacional conferida pelo povo brasileiro. Para o ano que vem esse processo tende a se continuar com uma nova direção”, refletiu.

Pleito sem resultado

O anúncio do nome que comandará o Partido dos Trabalhadores pelos próximos quatro anos sofreu atraso depois de uma decisão judicial que adiou a votação no diretório estadual de Minas Gerais. A Justiça do Distrito Federal determinou, no sábado, a inclusão da deputada federal Dandara Tonantzin (MG) na disputa. A parlamentar recorreu após ser impedida de concorrer pela sigla, que alegou falta de pagamento de contribuições partidárias dentro dos prazos.

Com a decisão, o PT anunciou o adiamento no dia da votação, pois, segundo a sigla, seria impossível inserir o nome dela nas cédulas já produzidas — a eleição é por meio do voto impresso. “O adiamento cumpre decisão judicial de garantir igualdade de condições aos candidatos, sem prejuízo da defesa do Diretório Nacional no processo em referência que demonstrará a plena regularidade

de todas as decisões tomadas pelas instâncias internas do partido”, disse a agremiação.

Segundo o presidente interino da sigla, o senador Humberto Costa (SP), a apuração dos votos nos demais estados deve ser concluída hoje. O parlamentar também marcou uma reunião do diretório nacional do partido para amanhã, com o objetivo de definir quando será a votação em Minas Gerais e discutir sobre a judicialização por parte de filiados contra decisões do partido. Ele não descartou a possibilidade de punição.

“Esse processo de judicialização de decisões partidárias é uma coisa, no meu ponto de vista, completamente inaceitável. No passado, sempre que isso aconteceu, o partido foi muito firme em relação a essas pessoas. Tivemos comissão de ética em alguns casos, resultado de comissão de ética. Mas não vou me antecipar, terça-feira essa discussão pode ser

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Presidente interino do PT criticou a judicialização de assuntos internos

feita”, disse Humberto Costa, que detalhou que o papel da Justiça interferir em questões internas

de qualquer legenda. “O nosso partido tem primeiro a autonomia política e administrativa que

é concedida pela legislação eleitoral. Segundo, na nossa visão, as decisões do partido devem ser tomadas no âmbito do partido e o que for decidido deve ser cumprido por todos. Além do mais, a decisão que foi tomada pelo diretório nacional foi por uma larga margem, então eu entendo que foi uma posição equivocada, errada”, apontou o senador.

Saída de Gleisi

Apesar da indefinição, a última presidente eleita do PT, Gleisi Hoffmann, atual ministra da Secretaria de Relações Institucionais, disse ter orgulho da sigla e comemorou a mobilização da militância para votar no domingo. “Tenho muito orgulho desse partido, que presidi por oito anos junto com companheiros e companheiras combativos(as), enfrentando adversidades e também colhendo vitórias. O PT é um dos maiores partidos do Brasil e da América Latina. Um partido vivo, que

debate seus rumos e fortalece a democracia brasileira”, disse por meio das redes sociais.

Ao longo do dia, vários nomes de peso do PT votaram nas eleições. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi às urnas pela manhã, no Rio de Janeiro, onde participa da reunião da 17ª Cúpula do Brics. O ministro Fernando Haddad também votou na cidade. A ministra Gleisi Hoffmann votou no Paraná.

O ex-prefeito de Araraquara Edinho Silva, é o favorito na disputa. Ele é apoiado por Lula e representa a corrente Construindo um Novo Brasil (CNB). Seu principal oponente é o deputado Rui Falcão (SP), que antecedeu Gleisi Hoffmann no cargo, e presidiu o partido de 2011 a 2017. A disputa tem também o historiador Valter Pomar, que representa o setor mais ideológico da legenda, a corrente Articulação de Esquerda; e Romênio Pereira, que representa o Movimento PT — e é visto como um nome conciliador. (IM)



SERGIO ABRANCHES

É UM ESPANTO A INSINCERIDADE DE PARLAMENTARES E INTÉRPRETES DA ECONOMIA POLÍTICA AO DIZEREM QUE O GOVERNO QUER APENAS AUMENTAR IMPOSTOS PARA CHEGAR AO EQUILÍBRIO FISCAL E O PARLAMENTO QUER CORTAR DESPESAS

Versões insinceras na política

A crônica política gira em torno de uma versão do conflito entre os Poderes da República, na qual são protagonistas uma Presidência disfuncional, um Congresso virtuoso e um Judiciário intrometido. Não é razoável falar de Congresso virtuoso sobre um Legislativo dominado pelo Centrão, conglomerado de partidos amorfos, hospedeiros de caciques expoentes do fisiologismo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sua cota-parte no latifúndio de erros de estratégia ou comportamento. Mas examinando o Congresso, não como uma instituição abstrata, mas como uma assembleia de pessoas políticas concretas com seus interesses e suas propensões ideológicas, vê-se o que ele de fato é.

É preciso examinar como vota a maioria do Congresso e o que não vota. Decisão não é apenas a que vai a voto na Ordem do Dia. Inclui as que não chegam, por escolha de um pequeno conjunto de líderes. Não-

-decisão é uma entidade subalterna à deliberação de não decidir. O Legislativo tem uma série de comportas que abrem e fecham liberando ou bloqueando a entrada de projetos para serem apreciados.

Também não faz sentido dizer que o conflito começou com o decreto que aumenta a alíquota do IOF e o recurso do governo ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade da decisão do Executivo e consequente inconstitucionalidade do decreto legislativo que o invalidou. A Constituição diz que o Legislativo só pode cancelar decretos do Executivo que exorbitem de sua competência legal. A lei autoriza o Executivo a alterar a alíquota do IOF por decreto. Dizer que a judicialização é uma afronta ao Congresso, além de ferir o direito consagrado de peticionar à Justiça, é uma afirmação falsa. Se houve afronta, certamente foi a votação do projeto de decreto legislativo contrarian-

do a prerrogativa legal do presidente da República. O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) foi aprovado mesmo depois que o ministro Fernando Haddad suavizou o decreto do IOF.

Se o Executivo acatasse o PDL estaria ferindo a lei e a Constituição, o que equivaleria ao crime de prevaricação, uma vez que o presidente, ao tomar posse, jurou e assumiu a responsabilidade por cumprir e fazer cumprir a Constituição. Aliás, os parlamentares também. A forma de retaliar a ação do governo encontrada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), foi restringir o direito de alguns partidos recorrerem ao STF contra medidas inconstitucionais. Mais um fruto podre da frondosa árvore do autoritarismo. Vem dessa árvore o projeto de anistia ao golpistas.

É um espanto a insinceridade de parlamentares e intérpretes da economia política ao dizerem que o governo quer apenas aumentar

impostos para chegar ao equilíbrio fiscal e o parlamento quer cortar despesas. O Legislativo é fonte contumaz de gastos, sobretudo quando se trata de seus próprios privilégios e dos ricos. Exemplo dessa propensão é a discussão do aumento da isenção do Imposto de Renda pessoa física para aqueles que ganham até R\$ 5 mil, compensado pelo aumento da alíquota para os que ganham mais de R\$ 50 mil por mês. A isenção reduz a desigualdade tributária.

O Legislativo não objeta da isenção, um gasto, mas a maioria se opõe à compensação. Em outras palavras, topam o gasto representado pela isenção, mas não topam compensá-lo fazendo os que ganham 10 vezes mais que os isentos pagarem um pouquinho de imposto. É o exemplo nítido de um Congresso que representa os ricos, não a maioria dos eleitores. O ministro Fernando Haddad mostrou cálculo de que a isenção beneficiaria 65% dos declarantes de IR e o aumento afetaria apenas 0,13% dos contribuintes. Ninguém apresentou conta diferente.

Diante da resistência à elevação do IOF, o governo apresentou medida provisória aumentando a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das bets e fintechs grandes, às vezes maiores que os bancos tradicionais. Previa, também, a Taxação das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA), hoje, isentas de IR, privilegiando investidores nesses papéis.

Contemplava, ainda, o corte de R\$ 4,28 bilhões em gastos obrigatórios. Está parada em uma das muitas comportas fechadas para não decidir. A revisão dos critérios para o benefício de prestação continuada, BPC, foi promulgada com vetos a provisões inconstitucionais ou a critérios arbitrários de seleção. O Congresso ainda não votou os vetos.

Não é verdadeiro que Haddad prefira aumentar impostos a fazer um ajuste fiscal. Ele quer apenas que o corte de gastos comece pela eliminação dos privilégios ao capital e aos ricos no Orçamento e não pelos pobres como tem acontecido toda vez que se aprova medidas de controle fiscal.